



Ministério da Educação
Esplanada dos Ministérios Bloco L, Anexo I - 3º Andar - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70047-900
Telefone: 2022-7232 e - <http://www.mec.gov.br>

PROJETO BÁSICO

PROCESSO Nº 23000.003230/2021-69

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de equipamentos de proteção individual e materiais de desinfecção, para utilização no Setor de Odontologia da Coordenação de Assistência Médica e Social - CAMS, visando segurança e adequação dos atendimentos odontológicos à situação atual de pandemia de COVID-19.

1.2. São partes integrantes deste Projeto Básico:

- 1.2.1. Encarte "A" – Lista de materiais e quantidades;
- 1.2.2. Encarte "B" – Modelo Termo de Recebimento Provisório;
- 1.2.3. Encarte "C" – Modelo Termo de Recebimento Definitivo;
- 1.2.4. Encarte "D" – Modelo de Declaração e Critérios para Sustentabilidade Ambiental.

2. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Coordenação de Assistência Médica e Social – CAMS é a área da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas responsável pela prevenção e promoção à saúde dos servidores MEC.

2.2. A aquisição em tela tem por objetivo dar continuidade aos atendimentos odontológicos, prestados aos servidores do Ministério da Educação e seus dependentes legais, garantindo tanto a segurança dos pacientes quanto dos profissionais, frente à atual situação de pandemia de COVID-19.

2.3. A importância desta aquisição decorre do elevado risco de contaminação à qual estão submetidos os profissionais que atuam no Setor de Odontologia da CAMS. De acordo com diversas pesquisas os odontólogos são, dentre as profissões, o grupo de maior risco de contaminação pelo novo coronavírus, devido ao contato muito próximo com o paciente e à exposição à saliva, que é o fluido corporal no qual o novo coronavírus está mais concentrado.

2.4. Existe também o alto risco de contaminação cruzada entre os pacientes, uma vez que, durante o atendimento, o aerossol gerado no ambiente clínico pode atingir uma distância de até 2 (dois) metros, ou mais distante ainda, e em várias direções, contaminando, assim todo o ambiente durante o atendimento, motivo pelo qual os profissionais odontólogos devem ter o maior cuidado possível.

2.5. Estudos indicam alta concentração de vírus vivos na saliva de pessoas infectadas com COVID 19 e sabe-se que muitos infectados são assintomáticos.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DA CONTRATAÇÃO

3.1. A Aquisição de que trata o objeto deste Projeto será realizada por meio de Dispensa de Licitação em razão do valor, com amparo legal no Inciso II do Artigo 24 da Lei nº 8.666/93, alterado pela Medida Provisória nº 961, de 6 de maio de 2020, amparado no disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pela pandemia de COVID-19 para a qual continua sendo necessária a utilização de medidas extras de proteção.

4. DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

Item	Descrição	Descrição sucinta do objeto	Unidade de fornecimento	Qtde
1	PERÓXIDO DE HIDROGÊNIO (ÁGUA OXIGENADA)	Água oxigenada 10 volumes ou peróxido de hidrogênio 3%. Solução antisséptica.	FRASCO 00001000,00 ML	10
2	CLOREXIDINA DIGLUCONATO	CLOREXIDINA DIGLUCONATO, CONCENTRAÇÃO 2%, FORMA FARMACÊUTICA SOLUÇÃO ALCOÓLICA, para limpeza de cavidades com 100 ml	FRASCO 00000100,00 ML	3
3	CLOREXIDINA DIGLUCONATO	CLOREXIDINA DIGLUCONATO, CONCENTRAÇÃO 0,12%, FORMA FARMACÊUTICA COLUTÓRIO - p/ bochechos - Frasco com 500 ml	FRASCO 00000500,00 ML	6
4	MÁSCARA/ RESPIRADOR N95	Respirador confeccionado em três camadas dobrável, camada interna em não tecido moldado em fibras sintéticas, meio filtrante em microfibras sintéticas tratadas eletrostaticamente, parte externa recoberta por um não tecido, nas laterais externas da peça, são fixados grampos metálicos, tira interna de material metálico moldável utilizado para ajuste nasal na parte	unidade	500

		superior, a parte superior interna da peça possui uma tira de espuma penetração máxima de partículas através do filtro mecânico (1): 6%, material não inflamável, PFF2: proteção contra partículas finas, fumos e névoas tóxicas. Eficiência de Filtração Bacteriológica (BFE) > 99%.		
5	AVENTAL DESCARTÁVEL	Avental descartável e impermeável manga longa com punhos ou elástico nos punhos, 100% Não-Tecido de Polipropileno (TNT), gramatura 40g/m², com tiras para fechamento na altura do pescoço e da cintura para ajuste, abertura traseira, hipoalergênico e atóxico. Cor: Branca, verde ou azul.	PACOTE 00000010,00 UN	100
6	PROTETOR FACIAL (FACE SHIELD)	Protetor facial composto de um suporte de material plástico rígido, que cobre a parte frontal do crânio do usuário e se estende até a parte lateral da cabeça, e um escudo de material plástico (policarbonato de alta resistência) incolor, que permita perfeita visibilidade, preso ao suporte por meio de pinos plásticos	UNIDADE	06
7	PROPÉ	Propé descartável, confeccionado em TNT, gramatura 35(extra resistente), com elástico em todo perímetro.	PACOTE 000000100,00 UN	20
8	LENÇOL DE BORRACHA	Lençol de borracha, para isolamento absoluto do campo operatório, em tamanho médio: 152 x 152mm.	CAIXA 00000026,00 UN	10
9	ÁLCOOL LÍQUIDO	Álcool líquido a 70% para desinfecção de superfícies.	UNIDADE COM 1000 ML	30
10	HIPOCLORITO DE SÓDIO	Hipoclorito de sódio na concentração de 2,0 a 2,5% para desinfecção de pisos e superfícies.	UNIDADE COM 1000 ML	10

5. DO LOCAL E PRAZO DA ENTREGA

5.1. As compras deverão ser entregues, às expensas da Contratada, no Setor de Almoxarifado do MEC, na Esplanada dos Ministérios, Bloco L, Subsolo do Anexo I – Brasília/DF, no horário: 08 as 12 horas e das 13 as 17 horas de segunda a sexta-feira, de acordo com as especificações e demais condições estipuladas neste Projeto e na proposta comercial.

5.2. O prazo de entrega dos produtos/materiais será de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir do recebimento da nota de empenho.

5.3. Os itens rejeitados deverão ser substituídos por outro dentro das especificações exigidas, arcando com todos os custos a empresa contratada. O MEC não se responsabilizará pela guarda, armazenamento e danos causados a bens rejeitados.

6. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DOS PRODUTOS

6.1. Todas as despesas de frete/embalagem, impostos, encargos incidentes deverão ser inclusas no preço da proposta e, em hipótese alguma, poderão ser destacadas quando da emissão de Nota Fiscal/Fatura.

6.2. Os itens a serem comprados pelo MEC deverão ser fornecidos em perfeitas condições de uso e funcionamento.

6.3. Os itens constantes deste Projeto Básico deverão ser novos e originais, produzidos por empresa especializada e legalmente estabelecida e sua procedência deverá ser facilmente aferida pela embalagem.

6.4. Os itens a serem fornecidos deverão ter sido produzidos de acordo com os critérios de sustentabilidade ambiental contidos na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – SLTI/MP.

6.5. Para fins de entendimento técnico e averiguação dos produtos ofertados, o fornecedor, caso solicitado, deverá comprovar, por meio de catálogos, especificações técnicas, via site na internet, folders, orçamentos, dentre outros, as especificações técnicas contidas no Encarte "A".

6.6. Os materiais de desinfecção deverão ter indicados, em suas embalagens, a data de fabricação, data de validade, princípio ativo, dosagem e lote. Não serão aceitas embalagens violadas ou com as informações ilegíveis.

6.7. Os materiais de desinfecção deverão ser acondicionados em caixas protegidos da luz e de alta temperatura.

6.8. Não serão aceitos produtos com prazo de validade inferior a 12 (doze) meses, a partir do recebimento no Almoxarifado Central do MEC, devendo os materiais ter sido fabricados a partir de 2020.

6.9. Os EPI's e os materiais de desinfecção deverão ser sem uso e genuínos, produzidos por empresa especializada, com registro ou inscrição na Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA e legalmente estabelecida e sua procedência deverá ser facilmente aferida pela embalagem.

7. DOS DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

7.1. Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

7.2. Acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens adquiridos, bem como realizar testes, atestar nas notas fiscais/fatura a efetiva entrega do objeto contratado e o seu aceite;

7.3. Devolver com a devida justificativa qualquer item entregue fora dos padrões e normas constantes neste Projeto Básico;

7.4. Comunicar à empresa contratada quaisquer ocorrências em desacordo com o cumprimento das obrigações pactuadas durante o atendimento, podendo sustar ou recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas;

7.5. Atuar da forma mais ampla e completa no acompanhamento da aquisição contratada, acompanhamento este, que não eximirá a **CONTRATADA** das responsabilidades previstas quanto aos danos que forem causados à contratante ou a terceiros;

7.6. Permitir aos funcionários da **CONTRATADA**, devidamente credenciados, encarregados da entrega do objeto deste Contrato, completo e livre acesso aos locais previstos, possibilitando-lhes o cumprimento do Contrato;

7.7. Efetuar o pagamento à **CONTRATADA**, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas neste Projeto Básico, após conferência e o atesto do Gestor do Contrato.

8. **DOS DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

8.1. Fornecer o produto/material constante do Projeto no local indicado, observando rigorosamente as especificações e exigências estabelecidas neste Projeto Básico.

8.2. Substituir, às suas expensas, no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis contados da comunicação do problema ao fornecedor, os itens rejeitados objeto deste Projeto Básico, bem como atender, prontamente, às exigências da Administração do MEC, inerentes ao objeto do fornecimento.

8.3. Responsabilizarem-se por todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os produtos/materiais vendidos, bem como pelo custo de frete, na entrega, e demais custos inerentes ao fornecimento; e, ainda, apresentar os documentos fiscais do produto em conformidade com a legislação vigente.

8.4. Emitir fatura no valor pactuado, apresentando-a à Contratante para ateste e pagamento.

8.5. Cumprir os prazos estipulados neste Projeto Básico.

8.6. Indenizar a CONTRATANTE por todo e qualquer prejuízo material ou pessoal que possa advir direta ou indiretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes do exercício de sua atividade quando da entrega do equipamento;

8.7. Executar fielmente o contrato, em conformidade com as cláusulas acordadas e normas estabelecidas na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, de forma a não interferir no bom andamento da rotina de funcionamento da contratante;

8.8. Não transferir a outrem a entrega do equipamento objeto deste Projeto Básico, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE, ainda que pequenas sub-empresas ou tarefas.

8.9. Executar, na vigência da garantia, a substituição de partes e peças dos bens que se revelarem defeituosas, independentemente de causa, época ou do tipo de defeito, exceto nos casos em que, comprovado pela Contratada, a causa do defeito seja devida à negligência ou mau uso por parte de servidor do MEC, que, no caso, deverá notificar a Contratante, incluindo proposta comercial para a execução do serviço.

9. **MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

9.1. O Termo de Contrato de execução dos serviços será substituído pela Nota de Empenho na forma do §4º do artigo 62 da Lei nº 8.666/1993.

10. **DA GARANTIA DOS SERVIÇOS**

10.1. A garantia dos serviços consiste na prestação, pela empresa contratada, de todas as obrigações previstas na Lei nº 8.078, de 11/09/1990 – Código de Defesa do Consumidor - e alterações subsequentes.

11. **DA FISCALIZAÇÃO**

11.1. A entrega dos produtos, nos termos do § 1º do art. 67 da Lei nº 8.666/93, será acompanhada e fiscalizada por servidores (ou comissão) especificamente designados, por Portaria do Subsecretário de Assuntos Administrativos, como Representantes da Administração, que anotarão, em registro próprio, todas as ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, dirimindo as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos mesmos e de tudo dando ciência à empresa.

11.2. Para o acompanhamento e fiscalização da entrega dos produtos deverão ser observadas as disposições contidas na IN/SLTI-MP nº 05/2017, atualizada.

11.3. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser solicitadas ao seu gestor, em tempo hábil para a adoção das medidas que se fizerem necessária.

11.4. A Administração, devidamente representada na forma deste item, rejeitará, no todo, ou em parte, o objeto contratado, sem ônus para o MEC, se executados em desacordo com as especificações estabelecidas neste Projeto Básico e seus anexos.

11.5. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da licitante vencedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade do MEC ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.6. O recebimento não exclui a responsabilidade da licitante vencedora pela integridade e correção dos produtos adquiridos, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos, no que se refere ao objeto contratado.

11.7. Fica a licitante vencedora obrigada a trocar ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, aqueles produtos em que se verificarem defeitos, incorreções ou prazos vencidos ou a vencer com menos de um ano, no prazo fixado pelo fiscal.

12. **DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO**

12.1. O recebimento do objeto deste Projeto Básico se dará conforme o disposto no artigo 69, 73 e 76, da Lei nº 8.666/1993, compreendendo duas etapas distintas a seguir, discriminadas:

a) **Provisoriamente**, no prazo máximo de **02 (dois) dias corridos** a partir do recebimento do produto/material, mediante termos próprios, para efeito de posterior verificação da conformidade com a especificação prevista neste Projeto Básico, observado o disposto nos artigos 69, 73 e 76 da Lei nº. 8.666/1993;

b) **Definitivamente**, no prazo máximo de **10 (dez) dias corridos** a partir do recebimento provisório, **mediante atesto de nota fiscal**, após a verificação da qualidade e quantidade dos materiais e consequente aceitação, observados os artigos 69, 73 e 76 da Lei nº. 8.666/1993.

12.2. Em caso de não conformidade, lavrar-se-á um Termo de Recusa e Devolução, no qual se consignarão as desconformidades com as especificações. Nesta hipótese, o item, será rejeitado, devendo ser substituído no prazo máximo de 05 (cinco) dias, quando se realizarão novamente as verificações em conformidade.

12.3. Caso a substituição não ocorra em até 05 (cinco) dias, ou caso o novo item também seja rejeitado, estará a empresa incorrendo em atraso na entrega, sujeita à aplicação das sanções previstas em Lei.

12.4. À Contratada caberá sanar as irregularidades apontadas no recebimento definitivo, submetendo a etapa impugnada à nova verificação, ficando sobrestado o pagamento até a execução do saneamento necessário, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis. Sendo que os custos da substituição do bem rejeitado correrão exclusivamente às expensas da Contratada.

12.5. O recebimento não exclui a responsabilidade da Contratada pelo perfeito desempenho do produto fornecido, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos.

13. DO PAGAMENTO

13.1. O pagamento será efetuado por emissão de Ordem Bancária para crédito em conta corrente da Contratada, até 30 (trinta) dias, posterior ao fornecimento dos materiais, mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura discriminativa do material entregue, indicando as quantidades, valores unitários e totais, com desconto, quando houver, devidamente atestada pelo fiscal designado, para o acompanhamento do objeto deste Termo.

13.1.1. As Notas Fiscais devem ser eletrônicas (Nfe) conforme disposições contidas no inciso I, Cláusula Segunda do Protocolo ICMS 42, de 03 de julho de 2009.

13.1.2. Deverão também conter nas Notas Fiscais Eletrônicas, se for o caso, os dados bancários do credor para emissão da (s) ordem (s) bancária (s) e as devidas retenções tributárias a serem feitas pela instituição conforme o artigo 64 Lei 9.430 de 27 de dezembro de 1996.

13.1.3. Caso a empresa seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES NACIONAL OU SUPER SIMPLES, deverá apresentar a nota fiscal eletrônica, acompanhada do Anexo IV da Instrução Normativa SRF nº 1234, de 11 de janeiro de 2012, alterada pela Instrução Normativa SRF nº 1244, de 30 de janeiro de 2012, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições.

13.1.4. Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, ela será devolvida à empresa, pelo representante do Contratante, e o pagamento ficará pendente até que sejam providenciadas as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para o Contratante.

13.1.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada das seguintes comprovações: da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta “on-line” ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da lei nº 8.666/93.

13.2. No caso de eventual atraso de pagamento, provocados pela Administração, o valor devido será acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$I = (TX/100)/365 - EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de Atualização Financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos Moratórios

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

VP = Valor da parcela em atraso.

13.3. Estarão sujeitos à retenção na fonte, quando couber, os seguintes tributos:

a) Imposto de Renda de Pessoas Jurídicas – IRPJ, Contribuição Social sobre Lucro Líquido – CSLL, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, e Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP, na forma da Instrução Normativa RFB Nº 1.234 de 11 de janeiro de 2012, conforme determina o Art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996;

b) Contribuição previdenciária, correspondente a onze por cento, na forma da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009, conforme determina a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; e

c) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, na forma da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003 e demais legislação vigente.

13.4. A retenção ou glosa no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, só deverá ocorrer quando o CONTRATADO:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

13.5. Antes de efetuar o pagamento será verificada a regularidade da CONTRATADA junto ao Sistema Unificado de Cadastro de Fornecedores – SICAF, mediante consulta *online*, cujo documento será anexado ao processo de pagamento.

13.5.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

13.5.2. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

13.5.3. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

13.5.4. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

13.5.5. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.

13.6. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é, ou não, caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa à mora.

13.7. No ato do pagamento, será comprovada a manutenção das condições iniciais de habilitação quanto à situação de regularidade da empresa (Decreto nº 10.024/2019).

13.8. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados e aos materiais empregados.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Com fundamento na Portaria nº 120/2016, do Ministério da Educação, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores do MEC, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das multas previstas neste Termo e demais cominações legais a licitante vencedora que:

- a) apresentar documentação falsa;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) falhar ou fraudar na execução do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida no edital;
- e) não manter a proposta e não assinar o contrato;
- f) comportar-se de modo inidôneo;
- g) fizer declaração falsa;
- h) cometer fraude fiscal;
- i) incorrer em qualquer prática vedada pela Portaria MEC nº 120/2016; ou
- j) não assinar a ata de registro de preços quando convocado dentro do prazo de validade da proposta, não aceitar/retirar a nota de empenho ou não assinar o termo de contrato decorrente da ata de registro de preços.

14.1.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

14.2. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de suspensão de licitar a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Projeto Básico e das demais cominações legais.

14.3. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II do mesmo artigo, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar a partir da notificação da empresa.

14.4. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à licitante vencedora o contraditório e a ampla defesa.

14.5. Sem prejuízo das sanções previstas no item anterior, com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a licitante vencedora ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

14.5.1. Advertência;

14.5.2. Multa de:

- a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, que corresponde até trinta dias de atraso;

b) 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar trinta dias;

c) 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato ou instrumento equivalente, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo de demais sanções;

d) 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente e/ou entrega da garantia contratual, dentro do prazo estabelecido pela Administração, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente; e

e) 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato ou instrumento equivalente, pela inexecução total do contrato.

14.6. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o MEC, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

14.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante vencedora ressarcir o MEC pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada.

14.8. No caso de ocorrência concomitante das multas previstas nas alíneas “a” e “b” com as da alínea “c”, o percentual aplicado não poderá ultrapassar a 7% (sete por cento).

14.9. O pagamento da multa poderá ser mediante:

I – GRU ou desconto (glosa), sobre o valor das parcelas devidas à Contratada;

II – Execução da garantia, se houver; ou

III – Procedimento Judicial.

14.10. As sanções de advertência, suspensão temporária do direito de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à licitante vencedora juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

14.11. No caso de multa, cuja apuração ainda esteja em processamento, ou seja, na fase da defesa prévia, o MEC poderá fazer a retenção do valor correspondente à multa, até a decisão final da defesa prévia. Caso a defesa prévia seja aceita, ou aceita parcialmente pelo MEC, o valor retido correspondente será depositado em favor da licitante vencedora, em até 5 (cinco) dias úteis a contar da data da decisão final da defesa apresentada.

14.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

14.13. Caso a Contratada descumpra quaisquer condições deste Termo de Referência poderá a Contratante aplicar multa de 1% do valor mensal da fatura por dia e por ocorrência a título de glosa em quaisquer faturas posteriores ao ocorrido resguardado o direito a ampla defesa e do contraditório.

14.14. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo com rito estabelecido na Portaria 120/2016, observando-se as regras previstas na Lei nº 8.666, de 1993 e subsidiariamente na Lei 9.784, de 1999.

14.15. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

14.16. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

14.16.1. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

14.16.2. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

14.17. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, a abrangência do dano apontada pela área demandante, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade e da razoabilidade.

14.18. Pela inexecução total ou parcial do objeto da presente licitação, a depender da gravidade do ato praticado, a Administração poderá optar pela aplicação da pena de advertência, de forma motivada, nos termos do inciso I do art. 87 da Lei nº 8.666/93 e das demais penas do artigo citado.

14.19. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

15. DA ESTIMATIVA DE PREÇO

15.1. A estimativa de preço para a aquisição de equipamentos de proteção individual e materiais de desinfecção é de R\$ R\$ 6.268,96 (seis mil duzentos e sessenta e oito reais e noventa e seis centavos), conforme pesquisa de preços (2578042), realizada pela área demandante. Tal estimativa segue os parâmetros da Instrução Normativa nº 73 de 02/08/2020.

16. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. Os recursos para cobertura das despesas, decorrentes da aquisição dos bens, objeto do presente termo, correrão à conta do Programa de Trabalho consignado no Orçamento do Ministério da Educação, Elemento de Despesa 33.90.30 – Material de consumo, subelementos de despesa 10 e 36, que serão empenhadas, nos termos da lei, de acordo com o Orçamento Geral da União para 2021.

17. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

17.1. Em relação a presente aquisição, deverá, preferencialmente, ser utilizado o Sistema de Cotação Eletrônica, uma vez que, nos termos do os termos do art. 1º, do Decreto nº 10.024/19 e Portaria nº 306/2001 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, tal sistema pode ser utilizado para aquisição de material.

18. DA SUBCONTRATAÇÃO

18.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

19. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

19.1. A aquisição objeto desta licitação obedecerá aos critérios de sustentabilidade ambiental contidos no Art. 5º da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG e no Decreto nº 7.746/2012, da Casa Civil, da Presidência da República, no que couber;

19.2. A licitante vencedora deverá observar, no que couber:

19.2.1. O art. 6º da Instrução Normativa/SLI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010,devendo adotar as práticas de sustentabilidade descritas no Encarte “E”, na execução dos serviços, quando couber.

19.2.2. que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

19.2.3. que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

19.3. Cumprir, no que couber, as exigências do inciso XI, art. 7º da Lei 12.305, de 02 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS.

20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. Todas as etapas dos serviços involuntariamente não explícitas neste Projeto Básico, mas necessárias à execução total dos serviços e ao perfeito acabamento serão de responsabilidade da Contratada.

20.2. A simples apresentação de proposta indica e fica assim entendido que a empresa dá plena concordância a todas as condições estabelecidas neste Projeto Básico.

20.3. Dúvidas na interpretação deste Projeto Básico poderão ser esclarecidas pelo correio eletrônico cams@mec.gov.br.

PAULO HENRIQUE MATSUBARA KOGA

Odontólogo

FRED HENRIQUE PIMENTA

Odontólogo

MÁRIO AMARAL DA SILVA FILHO

Odontólogo

De acordo, encaminhe-se à Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas, para aprovação.

THAIS LUNA MAGNAGO

Coordenação de Assistência Médica e Social

De acordo, encaminhe-se à Coordenação-Geral de Licitações e Contratos para os procedimentos subsequentes.

ELAYNE MARIA DA SILVA BATISTA

Coordenadora-Geral de Gestão de Pessoas - Substituta



Documento assinado eletronicamente por **Mario Amaral da Silva Filho, Servidor(a)**, em 06/04/2021, às 15:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Fred Henrique Pimenta, Servidor(a)**, em 06/04/2021, às 16:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.

Documento assinado eletronicamente por **Paulo Henrique Matsubara Koga, Servidor(a)**, em 06/04/2021, às 16:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Thais Luna Magnago, Coordenador(a)**, em 06/04/2021, às 16:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Elayne Maria da Silva Batista, Coordenador(a)-Geral, Substituto(a)**, em 07/04/2021, às 13:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mec.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2577743** e o código CRC **913D813E**.

ENCARTE "A" LISTA DE MATERIAIS E QUANTIDADES

Item	Descrição	Descrição sucinta do objeto	Unidade de fornecimento	Qtde
1	PERÓXIDO DE HIDROGÊNIO (ÁGUA OXIGENADA)	Água oxigenada 10 volumes ou peróxido de hidrogênio 3%. Solução antisséptica.	FRASCO 00001000,00 ML	10
2	CLOREXIDINA DIGLUCONATO	CLOREXIDINA DIGLUCONATO, CONCENTRAÇÃO 2%, FORMA FARMACÊUTICA SOLUÇÃO ALCOÓLICA, para limpeza de cavidades com 100 ml	FRASCO 00000100,00 ML	3
3	CLOREXIDINA DIGLUCONATO	CLOREXIDINA DIGLUCONATO, CONCENTRAÇÃO 0,12%, FORMA FARMACÊUTICA COLUTÓRIO - p/ bochechos - Frasco com 500 ml	FRASCO 00000500,00 ML	6
4	MÁSCARA/ RESPIRADOR N95	Respirador confeccionado em três camadas dobrável, camada interna em não tecido moldado em fibras sintéticas, meio filtrante em microfibras sintéticas tratadas eletrostaticamente, parte externa recoberta por um não tecido, nas laterais externas da peça, são fixados grampos metálicos, sendo dois de cada lado, aos quais estão presas as pontas de dois tirantes elásticos, possui uma tira interna de material metálico moldável utilizado para ajuste nasal na parte superior, a parte superior interna da peça possui uma tira de espuma penetração máxima de partículas através do filtro mecânico (1): 6%, material não inflamável, PFF2: proteção contra partículas finas, fumos e névoas tóxicas. Eficiência de Filtração Bacteriológica (BFE) > 99%.	UNIDADE	500
5	AVENTAL DESCARTÁVEL	Avental descartável e impermeável manga longa com punhos ou elástico nos punhos, 100% Não-Tecido de Polipropileno (TNT), gramatura 40g/m ² , com tiras para fechamento na altura do pescoço e da cintura para ajuste, abertura traseira, hipoalergênico e atóxico. Cor: Branca, verde ou azul.	PACOTE 00000010,00 UN	100
6	PROTETOR FACIAL (FACE SHIELD)	Protetor facial composto de um suporte de material plástico rígido, que cobre a parte frontal do crânio do usuário e se estende até a parte lateral da cabeça, e um escudo de material plástico (policarbonato de alta resistência) incolor, que permita perfeita visibilidade, preso ao suporte por meio de pinos plásticos	UNIDADE	06
7	PROPÉ	Propé descartável, confeccionado em TNT, gramatura 35(extra resistente), com elástico em todo perímetro.	PACOTE 000000100,00 UN	20
8	LENÇOL DE BORRACHA	Lençol de borracha, para isolamento absoluto do campo operatório, em tamanho médio: 152 x 152mm.	CAIXA 0000026,00 UN	10
9	ÁLCOOL LÍQUIDO	Álcool líquido a 70% para desinfecção de superfícies.	UNIDADE COM 1000 ML	30
10	HIPOCLORITO DE SÓDIO	Hipoclorito de sódio na concentração de 2,0 a 2,5% para desinfecção de pisos e superfícies.	UNIDADE COM 1000 ML	10

ENCARTE "B"
TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

OBJETO: Aquisição de equipamentos de proteção individual e materiais de desinfecção, de caráter emergencial para o Setor de Odontologia da Coordenação de Assistência Médica e Social - CAMS, visando segurança e adequação dos atendimentos odontológicos à situação atual de pandemia de COVID-19.

Nos termos Cotação Eletrônica nº/....., Processo nº 23000.003230/2021-69, Nota de Empenho nº, Ordem de Fornecimento nº e da Portaria de Fiscalização nº/2021, emitimos o presente Termo de Recebimento Provisório dos uniformes discriminados na supracitada nota de empenho e demais especificações contidas no item 6 do Projeto Básico, com cópia anexa a este Termo, rubricada pelos abaixo assinados.

Fiscais do Contrato

De acordo,

Representante da Empresa

ENCARTE "C"
TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

OBJETO: Aquisição de equipamentos de proteção individual e materiais de desinfecção, de caráter emergencial para o Setor de Odontologia da Coordenação de Assistência Médica e Social - CAMS, visando segurança e adequação dos atendimentos odontológicos à situação atual de pandemia de COVID-19.

Nos termos da Cotação Eletrônica nº, Processo nº 23000.003230/2021-69, Nota de Empenho nº, Ordem de Fornecimento nº e da Portaria de Fiscalização nº/2021, emitimos o presente Termo de Recebimento Definitivo dos uniformes discriminados na supracitada nota de empenho e demais especificações contidas no item 6 do Projeto Básico, com cópia anexa a este Termo, rubricada pelos abaixo assinados.

Brasília, de de 2021

Fiscais do Contrato

De acordo,

Representante da Empresa

ENCARTE "D"
MODELO DE DECLARAÇÃO E CRITÉRIOS PARA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

1 – Visando a efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental nos editais de licitação promovidos pela Administração Pública, em atendimento ao art. 170 da CF/1988, ao art. 3º da Lei nº 8.666/93 alterado pela Lei nº 12.349 de 2010, a Lei nº 12.187/2009 e art. 6º da Instrução Normativa nº 1/2010 da SLTI/MPOG, Decreto nº 7746/2012:

Constituição Federal/1988:

"Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

VI - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

Lei nº 8.666/93:

"Art. 3o A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010)." (Grifamos)

Lei nº 12.187/2009:

"Art. 6º São instrumentos da Política Nacional sobre Mudança do Clima:

XII - as medidas existentes, ou a serem criadas, que estimulem o desenvolvimento de processos e tecnologias, que contribuam para a redução de emissões e remoções de gases de efeito estufa, bem como para a adaptação, dentre as quais o estabelecimento de critérios de preferência nas licitações e concorrências públicas, compreendidas aí as parcerias público-privadas e a autorização, permissão, outorga e concessão para exploração de serviços públicos e recursos naturais, para as propostas que propiciem maior economia de energia, água e outros recursos naturais e redução da emissão de gases de efeito estufa e de resíduos;"

Instrução Normativa nº 1/2010 da SLTI/MPOG:

"Art. 6º Os editais para a contratação de serviços deverão prever que as empresas contratadas adotarão as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

I – use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

II – adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

III – Observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

IV – forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços; (Grifamos)

V - realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes; (Grifamos)

VI - realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

VII – respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e (Grifamos)

VIII – preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não impede que os órgãos ou entidades contratantes estabeleçam, nos editais e contratos, a exigência de observância de outras práticas de sustentabilidade ambiental, desde que justificadamente.

2 – A licitante deverá apresentar Declaração de Sustentabilidade Ambiental conforme modelo constante neste Encarte, documento este, integrante da proposta conforme item 4.11 deste Projeto Básico.

2.1 – Tal exigência visa atender aos dispositivos normativos acima enumerados, bem como estabelecer que a licitante deva implementar ações ambientais por meio de treinamento de seus empregados, pela conscientização de todos os envolvidos na prestação dos fornecimentos/serviços, bem como cumprir as ações concretas apontadas especialmente nas obrigações da CONTRATADA, que se estenderão na gestão contratual, refletindo na responsabilidade da Administração no desempenho do papel de consumidor potencial e na responsabilidade ambiental e socioambiental entre as partes.

2.2 - Segue abaixo algumas ações a serem adotadas pela licitante vencedora como boas práticas na prestação dos serviços a serem desempenhadas por intermédio de seus profissionais nas atividades comuns e também nas atividades empresariais:

- a) A otimização de recursos materiais;**
- b) A redução de desperdícios materiais, energia e água por parte de seus profissionais no desempenho das atividades diárias;**
- c) Elaborar e manter um programa interno de treinamento de seus empregados para redução de consumo de energia elétrica, consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;**
- d) Receber, da CONTRATANTE, informações a respeito dos programas de uso racional dos recursos que impactem o meio ambiente.**
- e) Responsabilizar-se pelo preenchimento do "Formulário de Ocorrências para Manutenção, a ser fornecido pela CONTRATANTE, a fim de informar prováveis e reais ocorrências. Exemplo de ocorrências mais comuns e que devem ser apontadas são: Vazamentos nas torneiras ou nos lavatórios; Lâmpadas queimadas ou piscando; Fios desencapados; Janelas, fechaduras ou vidros quebrados; Aparelhos eletrônicos ligados e que estejam em desuso, entre outras.**
- f) Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água.**
- g) Destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades diárias;**
- h) Instruir os profissionais quanto ao cumprimento da coleta seletiva e do Programa de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos adotado por este Ministério em especial aos recipientes adequados para a coleta seletiva disponibilizado nas dependências do Ministério:**

AZUL: papel/papelão;

VERMELHO: plástico;

VERDE: vidro;

AMARELO: metal;

PRETO: madeira;

LARANJA: resíduos perigosos;

BRANCO: resíduos ambulatoriais e de serviços de saúde;

ROXO: resíduos radioativos;

MARROM: resíduos orgânicos;

CINZA: resíduo geral não reciclável ou misturado, ou contaminado não passível de separação.

Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012

Art. 4º São diretrizes de sustentabilidade, entre outras:

- I - menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- II - preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- III - maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- IV - maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- V - maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- VI - uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e
- VII - origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**COTAÇÃO ELETRÔNICA Nº ----- /2021****PROPONENTE:** _____**ENDEREÇO:** _____**CNPJ:** _____ **FONE/FAX:** _____

Declaro, sob as penas da Lei nº 6.938/1981, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Eletrônico nº ____/2021, instaurado pelo Processo de nº 23000.003230/2021-69, que atendemos aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente.

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação das declarações e certidões pertinentes dos órgãos competentes quando solicitadas como requisito para habilitação e da obrigatoriedade do cumprimento integral ao que estabelece o art. 6º e seus incisos, da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG e Decreto nº 7746 de 5 de junho de 2012, que estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação do registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais caso minha empresa exerça uma das atividades constantes no Anexo II da Instrução Normativa nº 31, de 03 de dezembro de 2009, do IBAMA.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

_____ de _____ de 2021.

Nome:

RG/CPF:

Cargo: